

Análise regional do COREDE Nordeste

Mário Riedl^{*}
Cláudio Machado Maia^{**}
Celso Luis Schuster^{***}

Title: Regional analysis of northeast COREDE

RESUMO

Com a utilização do quociente locacional (QL), medida de especialização bastante difundida na análise regional, utilizada na caracterização da estrutura econômica e na identificação de potenciais de desenvolvimento de uma região, este estudo objetiva apresentar uma caracterização do COREDE Nordeste, baseada na investigação dos QL's dos macrossetores agropecuário, industrial e serviços, bem como dos municípios que compõem a região, com vistas a identificar o nível de especialização dos respectivos setores e/ou produtos e serviços existentes nesse local. Mediante a análise dos QL's dos 23 municípios que compõem o COREDE Nordeste, apresenta-se o nível de especialização e a importância do potencial de desenvolvimento regional dos setores produtivos da região de abrangência. A partir da regionalização por COREDES, os resultados e conclusões do estudo permitem hipóteses sobre aspectos econômicos e sociais. Demonstra-se a importância do espaço nos processos de desenvolvimento, e conclui-se, também, que uma regionalização pode resultar em uma descaracterização de um território e de suas semelhanças e homogeneidades. Em termos metodológicos, este estudo realiza uma pesquisa exploratória desenvolvida a partir de informações obtidas junto à Fundação de Economia e Estatística – FEE e ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Palavras-chave: análise regional, COREDES, quociente locacional.

ABSTRACT

The objective of this paper is to discuss the role of specialization in the process of regional

Recebido em 22.12.2007. Aceito em 11.04.2008.

^{*} Doutor em Sociologia, Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul. Av. Independência, 2293 – Bairro Universitário – CEP: 96815-900, Santa Cruz do Sul, RS, Brasil. Tel.: (51) 3717-7392. E-mail: mriedl@unisc.br.

^{**} Economista, Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Mestre em Desenvolvimento Regional pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. Especialista em Controladoria pela UFRGS. Rua Osvaldo Pereira de Freitas, 175/705 – Partenon – CEP: 91.530-080, Porto Alegre, RS, Brasil. Tel.: (51) 9158-7233. E-mail: claudiomaia.dr@hotmail.com.

^{***} Economista, Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul. Rua Venâncio Aires, 860 - Centro – Santa Cruz do Sul, RS, Brasil. – Tel./Fax: (51) 3715-5166. E-mail: celso@sisvale.com.br.

development. We start by showing the importance of space in the development process, taking into consideration the specialization level of the region, meaning that the main indicator of potentials for domestic development of a region is what really exists in the region. We discuss a new interpretation of the widely used measure of regional specialization - the Location Quotient - that liberates it from the traditional limits of the level of employment in different sectors of the economy.

Keywords: regional analysis, COREDES, location quotient.

JEL Classification: O18, R11, R12

1 Introdução

Ao iniciar este estudo, destaca-se que vários trabalhos sobre a preocupação com as desigualdades regionais estão sendo realizados. Tal é a preocupação com a ocupação dos espaços nos processos de desenvolvimento, que o êxito dos estudos em economia regional está sujeito ao conhecimento das particularidades e dos potenciais das regiões objeto de investigação.

Conforme Becker (2002, p. 88), “o processo de desenvolvimento regional deixa de ser pura e simplesmente uma questão quantitativa e adquire crescentes dimensões qualitativas, através do pleno reconhecimento e do pleno desabrochar das diversidades regionais”. Isso nos remete à necessidade de se medir e considerar, perfis e produtividades espaciais diferentes segundo os lugares diferentes, e chegar-se a processos de desenvolvimento diferentes.

Para Diniz (2000), as transformações ocorridas no panorama socioeconômico e tecnológico mundial levaram à busca por localizações ou nichos de maior lucratividade, o que aumentou a fluidez do mercado e a mobilidade do capital. Essa última tornou mais intensa a competitividade entre localidades, resultando em um processo contínuo de reconstrução e reterritorialização do espaço. Segundo o autor, o sucesso econômico de cada país, região ou localidade, passa a depender da capacidade de se especializar naquilo que consiga estabelecer vantagens comparativas efetivas e dinâmicas, decorrentes do seu estoque de atributos e da capacidade local de promoção continuada da sua inovação. A inovação pode ser definida como a exploração bem sucedida de novas idéias¹.

Por essa explicação, vê-se que a noção de desenvolvimento regional sustentável vai além da esfera econômica. Portanto, ela inclui os aspectos como o social, o cultural, o ecológico, o territorial e o político, sendo concebido de forma coletiva, na qual os vários atores sociais (mercado, Estado e sociedade civil) interagem de forma responsável com certo nível de interesses comuns. Para Maillat (2002, p. 14), “a inovação é considerada um processo de integração de elementos que determinam e favorecem a dinâmica e transformação do processo do sistema territorial de produção”.

Sob a perspectiva dos meios inovadores², o território é a organização que interliga empresas, instituições e população local, buscando o desenvolvimento. As políticas de desenvolvimento regional baseadas na inovação devem “aumentar a capacidade de inovação e adaptação das regiões envolvidas” (Benko, 1999, p. 137), bem como mobilizar esforços e recursos (humanos, financeiros, tecnológicos e políticos) locais para organizar e coordenar a acumulação privada.

Por outro lado, Paiva (2005) entende uma região não como uma entidade física, mas como uma construção social. Define-a como o resultado de um processo de regionalização. Esse processo é função dos objetivos daqueles que o colocam em curso. Logo, “um mesmo território pode e deve ser objeto das mais distintas regionalizações”. Conforme Paiva (2006a), o principal indicador das potencialidades de desenvolvimento endógeno de uma região é a sua especialização atual. Aproxima, assim, a idéia de “potencial”, baseado nas alternativas existentes para a região, suas possibilidades futuras e suas chances de superação, da idéia de “especialização” a qual trata de trajetórias já trilhadas, de opções já feitas.

Os estudos sobre concentração e especialização estão presentes nas discussões em torno do papel que aglomerações, sistemas locais de produção e *clusters* desempenham no desenvolvimento local. A caracterização da distribuição geográfica das atividades econômicas quanto ao seu grau de especialização e concentração é, nesse sentido, uma etapa importante para a compreensão das dinâmicas que ocorrem nos processos locais de desenvolvimento. Uma referência que influencia muitos dos estudos contemporâneos voltados ao entendimento de processos de desenvolvimento local vem da noção de distrito industrial desenvolvida por Alfred

Marshall, ainda no século XIX, com base na constatação de um fenômeno de concentração de empresas especializadas em um ramo de produção, em certas comunidades inglesas, com uma divisão de trabalho entre pequenos produtores baseada em laços de solidariedade. Marshall (*in* Basso *et al.*, 2005, p. 3) explica esse fenômeno em função das externalidades, ou seja, das economias externas às empresas individuais, mas internas aos ramos de produção. Trata-se, portanto, de economias que não surgem diretamente de empresas, mas do território onde elas estão localizadas, em função da proximidade dos produtores, em seu entorno. Tais economias externas podem estar relacionadas à difusão de conhecimento, à aprendizagem difusa das profissões, às invenções e inovações, ao desenvolvimento do comércio e dos transportes, aos contatos estreitos entre fornecedores e compradores, às redes de subcontratação de serviços etc. No entanto, segundo Marshall, a cooperação econômica explica apenas em parte as vantagens de um distrito industrial. Por isso, o seu interesse vai além dos aspectos econômicos e realça a importância dos valores imateriais da localização, como as relações sociais e a cultura local, para mostrar que a dinâmica industrial não pode ser reduzida a seu aspecto meramente mercantil (Basso *et al.*, 2005, p. 3).

Então, possuir um diagnóstico adequado das especificidades das dinâmicas produtivas é indispensável para fundamentar projetos e políticas de desenvolvimento local. Tal fato é justificado, assim, pelo esforço de identificação do grau de especialização e concentração das atividades produtivas, para qualificar as aglomerações geográficas e setoriais que podem ser potencializadas por ações conjuntas, ou no sentido de incrementar a cooperação entre as unidades produtivas, ou no direcionamento das políticas públicas.

Para delimitar especializações dentro da região e apontar algumas das características da estrutura produtiva local e identificar padrões regionais de crescimento econômico, utiliza-se, com certa frequência, um conjunto de medidas de localização e especialização como métodos de análise regional. A mais difundida das medidas de especialização regional na literatura econômica, o Quociente Locacional (QL³), será abordado em nosso estudo para a caracterização do COREDE Nordeste. Para tanto, objetiva-se apresentar uma caracterização do COREDE Nordeste baseada na investigação dos QL's dos macrossetores agropecuário, industrial e serviços,

bem como dos municípios que compõem a referida região, com vistas a identificar o nível de especialização dos respectivos setores e/ou produtos e serviços existentes na região.

2 Medida de especialização – Quociente locacional ou QL

O quociente locacional compara a participação percentual de uma região em um setor particular com a participação percentual da mesma região no total do emprego da economia nacional. Se o valor do QL > 1 , significa que a região é relativamente mais importante, no contexto nacional, em termos do setor, do que em termos gerais de todos os setores, revelando os setores de uma região que apresentam maiores possibilidades para atividades de exportação (indicação de que a atividade na região é básica). Um QL < 1 , representaria uma atividade não básica ou voltada para o mercado da própria região (Haddad, 1989, p. 232).

Quanto maior for o QL, maior será o peso do setor na estrutura produtiva local comparativamente ao peso do mesmo setor no Estado ou na região, indicando a especialização produtiva. A partir da análise do QL, é possível identificar a especialização produtiva na localidade objeto da investigação. Trata-se de uma medida de especialização regional, que é utilizada para dimensionar a estrutura econômica e as potencialidades de um determinado território.

Conforme Paiva (2006b), o quociente de localização informa não apenas se o objeto de mensuração é ou não especializado (e o quanto é especializado), mas também, na medida em que o objeto não apresenta especialização. Esse autor assim explica a característica dessa medida:

Isto é, se há especialização(ões), se uma percentagem maior (vis-à-vis certa norma, um certo padrão médio) de tempo, trabalho e energia de um determinado agente é alocado numa determinada atividade, então uma percentagem menor (vis-à-vis a mesma norma, o mesmo padrão médio) deste trabalho e desta energia será alocado nas atividades alternativas (Paiva, 2006b, p. 7).

O QL é calculado da seguinte forma: $QL = \left(\frac{E_{ij}}{E_{Tj}}\right) / \left(\frac{E_{iT}}{E_{TT}}\right) = \left(\frac{E_{ij}}{E_{iT}}\right) / \left(\frac{E_{Tj}}{E_{TT}}\right)$

onde E_{ij} é emprego setor i na região j ; E_{Tj} , emprego total (em todos os setores considerados) na região j ; E_{iT} , emprego do setor i em todas as regiões e E_{TT} significa o emprego total em todas as regiões.

3 Imagem regionalização a partir dos COREDEs: investigando o COREDE Nordeste

Os COREDES – Conselhos Regionais de Desenvolvimento –, criados oficialmente pela Lei 10.283 de 17 de outubro de 1994 (Rio Grande do Sul, 1994), são instâncias de planejamento regional que têm por objetivo discutir alternativas para o desenvolvimento das regiões do Estado. A divisão regional, inicialmente composta por 21 regiões, foi alterada em 1998, com a criação do 22.º COREDE – Metropolitano Delta do Jacuí; em 2003, com a criação dos COREDEs Alto da Serra do Botucaraí e Jacuí Centro. Em 2006, foram criadas outras duas regiões: Campos de Cima da Serra e Rio da Várzea (Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul, 2006).

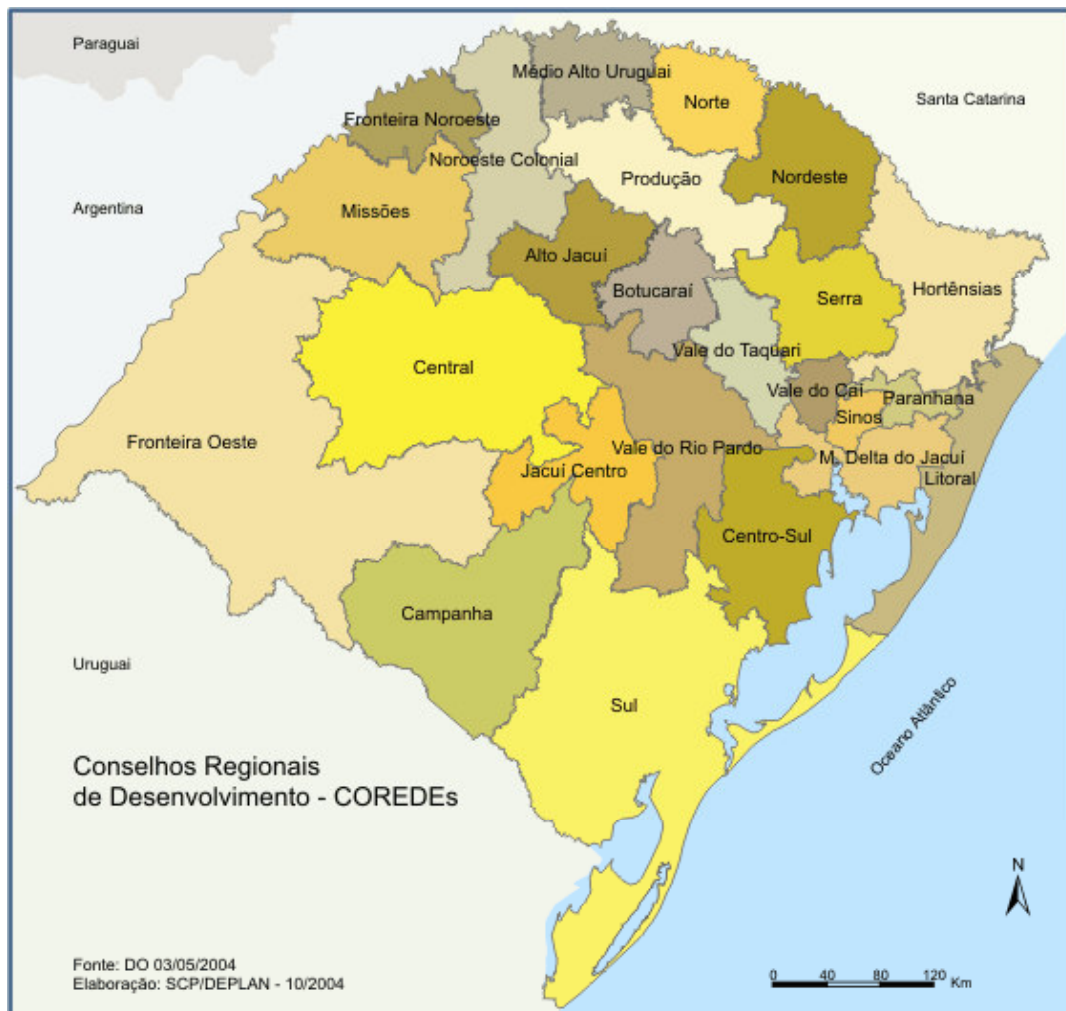
Embora se reconheça que a regionalização representada pelos COREDES tenha que ser um dos pontos de partida de qualquer regionalização para o planejamento do desenvolvimento territorial no Rio Grande do Sul⁴, isso deve ser defendido mediante um planejamento estabelecido a partir de perspectivas que considerem o debate científico⁵.

3.1 Apresentação e discussão dos resultados

Os dados apresentados foram tomados tendo como referência o Estado do Rio Grande do Sul dividido em 24 COREDES (conforme a Figura 1). O COREDE Nordeste é composto por 23 municípios. São eles: Água Santa, André da Rocha, Barracão, Cacique Doble, Capão Bonito do Sul, Caseiros, Esmeralda, Ibiaçá, Ibiraiaras, Lagoa Vermelha, Machadinho, Maximiliano de Almeida, Muitos Capões, Paim Filho, Pinhal da Serra, Sananduva, Santa Cecília do Sul, Santo Expedito do Sul, São João da Urtiga, São José do Ouro, Tapejara, Tupanci do Sul e Vila Lângaro.

Conforme verificado na tabela 1, comparativamente com o total estadual e os outros COREDES, o Nordeste possui estrutura produtiva com predomínio da agropecuária (47%), seguida dos serviços (33,11%) e, depois, da industrial (19,89%).

Figura 1: Divisão dos Conselhos Regionais do estado do Rio Grande do Sul.



A estrutura produtiva do COREDE Nordeste, comparativamente com seus 23 municípios, apresenta predomínio, também, do setor agropecuário (49,55%), seguido pelo de serviços (37,93%) e por último, pelo do setor industrial com (12,52%). Quanto à comparação entre municípios, a participação do setor industrial municipal no Valor Adicionado Bruto (VAB) do respectivo município é relativamente muito baixa. Exceção aos municípios de Esmeralda (15,30%), Lagoa Vermelha (22,08%), Sananduva (19,03%), Tapejara (34,88%), o restante dos 19

municípios apresenta valores inferiores a dois dígitos na relação VAB Ind./VAB Total - em termos municipais (ver Tabela 2).

Tabela 1: Indicadores de macroespecialização dos COREDES e do Rio Grande do Sul nas Produções Agropecuária, Industrial e de Serviços – 2004.

COREDES	Estrutura do VAB (%)			População	
	A	I	S	Nº	Part. (%)
Alto da Serra do Botucaraí	45,97	12,54	41,49	104.709	0,98
Alto Jacuí	34,60	21,41	43,99	163.346	1,52
Campanha	31,63	28,55	39,82	221.905	2,07
Central	29,83	18,23	51,95	521.695	4,86
Centro-Sul	29,66	36,90	33,43	249.016	2,32
Fronteira Noroeste	24,82	42,53	32,65	209.999	1,96
Fronteira Oeste	40,15	20,51	39,34	576.907	5,38
Hortênsias - Campos de Cima da Serra	23,04	31,31	45,65	204.483	1,91
Jacuí-Centro	41,08	18,07	40,85	150.822	1,41
Litoral	19,55	18,45	62,00	274.253	2,56
Médio Alto Uruguai	52,49	10,84	36,67	176.378	1,64
Metropolitano Delta do Jacuí	1,34	47,07	51,59	2.453.174	22,87
Missões	36,07	21,02	42,91	259.584	2,42
Nordeste	47,00	19,89	33,11	132.992	1,24
Noroeste Colonial	34,11	23,20	42,69	306.086	2,85
Norte	28,61	36,82	34,57	220.764	2,06
Paranhana-Encosta da Serra	6,09	56,92	36,99	204.538	1,91
Produção	27,02	31,30	41,68	443.433	4,13
Serra	14,11	55,81	30,07	809.368	7,55
Sul	19,02	39,01	41,97	863.911	8,05
Vale do Caí	19,31	49,78	30,91	163.445	1,52
Vale do Rio dos Sinos	0,45	60,02	39,53	1.284.525	11,98
Vale do Rio Pardo	22,73	46,55	30,72	411.225	3,83
Vale do Taquari	23,57	47,06	29,37	319.505	2,98
Rio Grande do Sul	16,34	42,66	41,00	10.726.063	100,0

Fonte: FEE (2004) e IBGE (2000).

Agora, considerando-se a heterogeneidade da região do COREDE Nordeste, defronta-se com um dos principais problemas das análises regionais. As regionalizações não partem de regiões objetivamente determinadas, e sim de regiões tradicionais, ou regiões político-administrativas⁶. As regionalizações político-administrativas proporcionam três vantagens para a investigação e a coleta de dados: (i) permite que se opere com bases de dados tal como as mesmas são usualmente disponibilizadas (a partir de limites territoriais definidos no plano político-administrativo⁷); (ii) é solidário com o senso comum consolidado e os interesses imediatos de gestores públicos das distintas instâncias administrativas; e (iii) poupa o pesquisador

do trabalho de re-regionalizar. Essa facilidade de opção induz conclusões erradas. Primeiro, porque sempre há heterogeneidades nas sub-regiões reais que compõem uma macrorregião. Segundo, tais heterogeneidades são decorrentes das divisões do território que não obedecem a nenhum critério lógico e/ou metodológico, por isso simplesmente aceitam divisões político-administrativas⁸.

Tabela 2: Indicadores de população e macrossetores produtivos do COREDE Nordeste.

Municípios	População residente total	Pop rural/Pop Total (%)	VAB Total 2000-2001	PIB a preço de mercado corrente 2001 (R\$ 1000)	PIB Per Capita (R\$)	VAB Agrop / VAB Total - Dados do Município (%)	VAB Ind.VAB Total - Dados do Município (%)	VAB Serv.VAB Total - Dados do Município (%)	Valor do rendimento anual total dos domicílios particulares permanentes (R\$)	Rendimento Domiciliar Anual per capita (R\$)	Rend. Domiciliar Anual per capita / PIB per Capita (R\$)
Água Santa	4 127,00	71,60	34 412,00	34 021,00	8 243,52	65,10	2,96	31,95	12 041 299,20	2 917,69	35,39
André da Rocha	1 113,00	66,40	24 282,00	24 298,00	21 831,09	80,61	1,63	17,76	4 320 566,80	3 881,90	17,78
Barracão	5 592,00	60,73	33 628,00	33 941,00	6 069,56	54,04	4,86	41,10	11 380 461,12	2 035,13	33,53
Cacique Doble	4 770,00	68,64	25 589,00	25 514,00	5 348,85	56,91	3,52	39,57	9 722 736,00	2 038,21	38,11
Capão Bonito do Sul	1 909,00	81,67	20 669,00	20 754,00	10 871,66	74,91	1,51	23,57	2 316 940,20	1 213,69	11,16
Caseiros	2 899,00	65,44	17 286,00	17 476,00	6 028,29	56,00	5,21	38,79	5 798 542,32	2 000,19	33,18
Esmeralda	3 120,00	33,43	35 135,00	36 515,00	11 703,53	58,02	15,30	26,68	11 791 786,60	3 779,42	32,29
Ibiaci	5 233,00	48,86	38 541,00	38 084,00	7 277,66	54,84	5,12	40,04	26 081 452,80	4 984,03	68,48
Ibiraiaras	7 163,00	66,46	65 218,00	64 979,00	9 071,48	58,25	3,75	38,00	27 479 496,96	3 836,21	42,29
Lagoa Vermelha	29 833,00	21,10	164 480,00	164 641,00	5 518,75	28,27	22,08	49,65	90 976 034,64	3 049,51	55,26
Machadinho	5 728,00	51,47	35 589,00	35 306,00	6 163,76	59,30	5,39	35,30	11 289 702,80	1 972,71	32,01
Maximiliano de Almeida	5 651,00	53,14	30 907,00	31 857,00	5 637,41	55,15	4,46	40,41	11 704 576,32	2 071,24	36,74
Mutões Capões	2 867,00	69,79	73 896,00	74 456,00	25 970,00	84,09	0,76	15,15	7 095 630,00	2 474,93	9,53
Paim Filho	4 831,00	56,03	31 818,00	31 726,00	6 567,17	58,44	6,40	35,15	16 640 709,12	3 444,57	52,45
Pinhal da Serra	2 401,00	85,92	15 398,00	15 671,00	6 526,86	68,66	0,50	30,84	2 945 277,72	1 226,69	18,79
Sananduva	14 744,00	39,03	121 950,00	125 032,00	8 480,20	39,21	19,03	41,76	187 006 151,28	12 683,54	149,57
Santa Cecília do Sul	1 716,00	82,23	17 167,00	17 268,00	10 062,94	73,73	2,94	23,33	2 669 386,56	1 555,59	15,46
Santo Expedito do Sul	2 683,00	73,80	15 570,00	15 619,00	5 821,47	60,96	2,31	36,73	5 503 454,88	2 051,23	35,24
São João da Urugua	4 929,00	64,64	27 951,00	28 275,00	5 736,46	54,02	3,32	42,66	11 204 955,36	2 273,27	39,63
São José do Duro	7 051,00	38,83	47 378,00	46 920,00	6 512,55	44,85	7,20	47,95	20 767 556,16	2 945,33	45,23
Tapejara	14 173,00	20,02	123 317,00	129 044,00	9 104,92	22,15	34,88	42,97	50 213 985,36	3 542,93	38,91
Tupandi do Sul	1 728,00	73,44	13 677,00	13 717,00	7 938,08	66,09	2,13	31,78	4 008 747,60	2 319,88	29,22
Vila Lângaro	2 277,00	89,90	20 435,00	20 469,00	8 985,07	70,80	2,59	26,62	6 250 040,16	2 744,86	30,55
COREDE	136 538,00	44,78	1 034 293,00	1 044 573,00	7 650,42	49,55	12,52	37,93	539 219 478,96	3 949,23	51,62

Fonte: IBGE (2000) e CENSO Demográfico 2000 (IBGE, 2001).

O problema verificado quanto à regionalização oficial (a político-administrativa), reside na seguinte caracterização inicial: na maioria dos municípios, a população rural é superior à urbana. Porém, quanto à rede urbana, sua polarização ocorre principalmente por Lagoa Vermelha (a população urbana compõe 78,90% de sua população total), seguida por Tapejara (79,98% da

população é urbana), que, por sua vez, tem fortes relações com Passo Fundo (pertencente ao COREDE Produção). Por outro lado, os municípios de Machadinho e Paim Filho, na fronteira com Santa Catarina, são polarizados por cidades do Estado de Santa Catarina, como Piratuba, Capinzal e Ipirá.

3.2 Apresentação e análise dos dados

Identificar o “potencial” de uma região é identificar aqueles setores que, uma vez mobilizados e/ou fomentados, geram o maior benefício por unidade de custo. Isso significa dizer, em primeiro lugar, que o “potencial de uma região” deve ser pensado como a capacidade de ela dar início e sustentação a processos de autonomia material e bem-estar crescentes dos agentes produtivos locais e de seus dependentes, com base na mobilização do maior volume possível de recursos produtivos disponíveis internamente.

Conforme as Tabelas 1 e 2, identifica-se o peso relativo de cada macrossetor (Paiva, 2004, p. 28) produtivo, em que mais de 30% do Valor Adicionado Bruto – VAB é gerado na agropecuária, o que caracteriza a região como predominantemente rural (Veiga *in* Paiva, 2004, p. 28). Na composição do VAB dos municípios, predomina o setor agropecuário. Nesse sentido:

Uma elevada participação do VAB e/ou da população da agropecuária e da indústria indica o potencial desses macrossetores para gerar trabalho e renda, por outro lado, uma elevada participação do VAB e/ou da população no macrossetor serviços pode expressar a estruturalidade da crise produtiva da economia regional (Paiva, 2004, p. 30).

Tanto na comparação do Nordeste com os outros COREDES, quanto na sua comparação com os seus municípios, internamente, respectivamente Tabelas 1 e 2, é evidente a elevada participação relativa do setor de serviços no VAB. Essa situação induz a supor a estruturalidade da crise produtiva da economia regional.

Dos 23 municípios, 19 possuem VAB serviços superior a 30%. O setor de serviços pode ser considerado um gargalo, pois, além de ter um indicador de participação relativa um tanto elevada do setor serviços, ocorre que justamente os municípios mais urbanizados, e que possuem

esse indicador em nível alto, são polarizados por outros municípios que não pertencem ao COREDE Nordeste, o que contradiz alguns princípios para que ocorra um processo de desenvolvimento regional endógeno⁹.

Quanto à apropriação e geração de renda (tabela 2), a relação Rendimento Domiciliar (RD) Anual *per capita*/PIB e *per capita* (RD/PIB) varia entre um máximo de 149,57% (Sananduva) e um mínimo de 9,53% (Muitos Capões). O indicador que apresenta um desvio padrão relativo de 27,80% e uma medida de variação relativa de 70,98% considerada de alta dispersão¹⁰ revela seu significado ao tomarem-se os municípios como referência, o que revela que a região apresenta proporção alta de desigualdades regionais no que diz respeito à geração e apropriação de renda. Conforme Paiva (2004, p. 35), essas diferenças são explicadas pelas desigualdades no grau de controle dos agentes residentes sobre o excedente operacional gerado na região e sobre a carga tributária incidente sobre as atividades realizadas internamente. Se for simulada uma retirada dos valores extremos (Sananduva, 149,57% e Muitos Capões, 9,53%), os novos extremos seriam 11,16% e 68,48%, respectivamente, Capão Bonito do Sul e Ibiacá. Novamente teríamos um desvio padrão relativo de 13,46%, e uma medida de dispersão relativa de 38,12%, ainda considerada alta, o que novamente aponta para a existência de desigualdades regionais¹¹.

Após se verificam alguns indicadores de macroespecialização, notam-se as medidas de especialização que fornecerão as melhores pistas do potencial do COREDE Nordeste. Na Tabela 3, observa-se o quadro de análise dessa característica, com os setores, produtos e serviços de maior especialização relativa.

Após analisar os dados constantes da Tabela 3, identifica-se, por hipótese, o gargalo relativo à falta de integração entre as atividades agropecuárias, industrial e de serviços, talvez o fator responsável pela não-inserção da região em mercados além de seus territórios. As multiespecializações identificadas no setor agropecuário, por exemplo, não se traduzem em multiespecializações no setor de serviços – não há uma identificação ou correlação entre um produto e o conseqüente serviço ou atividade industrial associada ao respectivo produto identificado como de alto valor econômico de especialização.

Tabela 3: Setores e produtos de maior especialização relativa do COREDE Nordeste.

(a) Produtos agropecuários	
Aveia	5,3147
Ervilha	5,0304
Cevada	4,1460
Maçã	3,6787
Bata inglesa	2,9199
Milho	2,4967
Alho	2,4198
Feijão	2,3866
Trigo	2,2830
Soja	1,7737
Marmelo	1,2884
Leite	1,2230
Erva Mate	1,1263
Amendoim	1,0399
Suíno	1,0107
(b) Produtos Industriais	
Reciclagem de sucatas não-metálicas	58,8660
Aluguel de equipamentos de construção e demolição com operador	34,2824
Fabricação de esquadrias de madeira, de casas de madeira pré-fabricadas	34,1342
Fabricação de produtos cerâmicos não-refratários	23,0914
Fabricação de cabines, carrocerias e reboques para caminhão	17,7135
Instalações elétricas	13,6144
Fabricação de outros artigos têxteis - exceto vestuário	9,3741
Fabricação de artefatos diversos de madeira, palha, cortiça e material	4,8015
Desdobramento de madeira	4,1536
Captação, tratamento e distribuição de água	4,0487
Fabricação de móveis com predominância de madeira	3,8019
Abate de reses, preparação de produtos de carne	2,1654
Fabricação de artefatos de concreto, cimento, fibrocimento	1,4207
(c) Setores de Serviços	
Pesquisas de mercado e de opinião pública	74,5433
Comércio varejista de livros, jornais, revistas e papelaria	6,8875
Outros tipos de alojamento	6,8200
Comércio atacadista de mercadorias em geral (não especializado)	4,9383
Comércio a varejo de combustíveis	4,4855
Comércio varejista de móveis, artigos de iluminação e outros	4,1692
Comércio atacadista de madeira, material de construção, ferragens	3,9968
Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP)	3,6736
Manutenção e reparação de veículos automotores	3,4457
Comércio varejista de material de construção, ferragens, ferramentas	2,7364
Transporte rodoviário de passageiros, não regular	2,7154
Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produto	2,6148

Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produto	2,5358
Comércio a varejo e por atacado de peças e acessórios	2,2352
Restaurantes e estabelecimentos de bebidas, com serviço completo	2,0899
Atividades funerárias e serviços relacionados	2,0769
Comércio varejista de artigos do vestuário e complementos	1,8901
Administração pública em geral	1,4297
Comércio varejista de máquinas e aparelhos de uso doméstico	1,3513
Comércio varejista de produtos farmacêuticos, artigos médicos e ortopédicos	1,3310
Comércio varejista de calçados, artigos de couro e viagem	1,2745
Atividades de outros profissionais da área de saúde	1,2511
Atividades de serviços de complementação diagnóstica	1,1975
Lanchonetes e similares	1,1950
Atividades de correio nacional	1,0396
Comércio varejista de carnes – açougues	1,0291

Fonte: Brasil (2000).

Por exemplo, quanto à agropecuária, o milho, o trigo e a soja, que, juntamente, respondem por 85% do VAB agropecuário (Rio Grande do Sul, 2005, p. 97), não apresentam um correspondente de especializações, pois não se identificou nenhum seguimento de indústrias de óleos vegetais, moagem de trigo ou mesmo de fabricação de derivados, fabricação de máquinas e equipamentos para agricultura. Sem essa interdependência, não há uma clara identificação de potencial endógeno em termos de geração de renda e/ou de economias de escala que mobilize os setores¹².

Conforme a Tabela 4, os QL's apresentados pelos municípios, relativo às culturas temporárias, dos 23 municípios do Nordeste, um município (Barracão) possui 10 produtos com $QL > 1$; três municípios possuem 8 produtos com $QL > 1$; sete municípios possuem 7 produtos com $QL > 1$; 7 municípios possuem 6 produtos com $QL > 1$; 1 município possui 5 produtos com $QL > 1$; 3 municípios possuem 4 produtos com $QL > 1$; e 17 municípios possuem 3 produtos com $QL > 1$. O milho possui $QL > 1$ em todos. O trigo, em 21 municípios, possui $QL > 1$, seguido pelo soja, que apresenta $QL > 1$, em 19 dos 23 municípios. Embora seja alta a especialização relativa nesses grãos, não há registro de atividades relevantes para seu processamento. Destaca-se, ainda, a erva-mate ($QL = 1,1263$) que, embora não possua expressivo QL, tem apresentado, nos últimos anos, crescimento em termos de conquista dos mercados fora do território.

Tabela 4: Produtos de maior especialização relativa dos municípios do COREDE nordeste - QL's agricultura temporária.

Água Santa		André da Rocha		Barracão		Carique Doble	
Cevada	7,7305	Ervilha	106,1347	Ervilha	43,3915	Feijão	4,8191
Melão	6,7808	Batata ing	4,0491	Aveia	6,7816	Milho	3,0507
Amendoim	5,2465	Aveia	3,3646	Cevada	3,2452	Trigo	2,2869
Aveia	3,6604	Trigo	1,5974	Soja	3,0370	Melão	1,8930
Milho	2,2467	Milho	1,5209	Feijão	2,4549	Soja	1,6366
Soja	2,1428	Soja	1,2804	Milho	2,2665	Ervilha	1,6306
Trigo	1,9537			Melão	1,8886	Cevada	1,4626
				Trigo	1,3202		
				Amendoim	1,1424		
				Cana-de- açúcar	1,0642		
Capão Bonito do Sul		Caseiros		Esmeralda		Biaçá	
Aveia	8,1413	Cevada	2,6210	Aveia	7,0520	Aveia	5,6588
Cevada	5,3471	Batata ing.	2,6062	Feijão	4,3418	Cevada	4,0485
Trigo	4,2001	Ervilha	2,2726	Milho	3,8685	Soja	2,7380
Batata ing.	3,5382	Soja	2,2048	Alho	3,5344	Trigo	2,5889
Soja	2,3909	Milho	2,1327	Trigo	3,4753	Milho	2,2041
Amendoim	2,3356	Trigo	1,6754	Cevada	2,2604	Batata ing.	1,4097
Milho	1,7223	Alho	1,1034	Soja	1,8856		
Biraíaras		Lagoa Vermelha		Machadinho		Maximiliano de Almeida	
Batata ing	18,8879	Aveia	8,2098	Milho	1,9656	Feijão	4,7840
Cebola	7,7630	Batata ing	5,9570	Feijão	1,5718	Cana-de- açúcar	4,0844
Feijão	5,4199	Trigo	2,8567	Trigo	1,1847	Milho	3,1073
Alho	5,4131	Cevada	2,7371	Soja	1,1029	Trigo	1,9852
Milho	2,6307	Soja	2,2714				
Cevada	2,3716	Milho	1,9261				
Trigo	1,4805	Melão	1,6742				
Melão	1,1772						
Tomate	1,0651						
Santa Cecília do Sul		Santo Expedito do Sul		São João da Urtiga		São José do Ouro	
Amendoim	8,8089	Ervilha	4,6369	Feijão	10,3929	Aveia	12,4125
Aveia	7,2581	Cevada	4,3178	Cana-de- açúcar	7,0364	Cevada	6,5033
Cevada	6,4089	Feijão	3,6924	Milho	3,7294	Trigo	2,7099
Soja	2,1243	Trigo	2,1625	Melão	1,7157	Milho	2,2549
Milho	2,0919	Soja	2,0007	Tomate	1,3560	Soja	2,1891
Trigo	1,4999	Milho	1,5385	Cebola	1,1406	Feijão	1,5760
		Aveia	1,0919			Alho	1,2158
						Cebola	1,1256
Tapejara		Tupanci do Sul		Vila Lângaro			
Cevada	12,2494	Cevada	6,0320	Aveia	10,3832		
Amendoim	2,6492	Melão	4,7515	Cevada	9,5258		
Aveia	2,2763	Feijão	3,9027	Centeio	2,7852		
Soja	2,1297	Milho	2,9273	Soja	2,1009		
Trigo	2,0642	Soja	2,1782	Trigo	2,0245		
Milho	1,9351	Trigo	1,8194	Milho	2,0230		
		Batata ing	1,1178				

Fonte: Brasil (2000) e IBGE (2000).

Quanto às culturas permanentes, na Tabela 5, destacamos a maçã (QL = 3,6787) como produto de exportação da região. Esmeralda é o único município que não possui qualquer QL >1.

Capão Bonito do Sul possui 4 produtos com QL >1; André da Rocha, Barracão, Caseiros, Lagoa Vermelha e São João da Urtiga possuem 3 produtos com QL >1. Cacique Doble, Ibiaçá, Maximiliano de Almeida, Santa Cecília do Sul e Tapejara, possuem QL > 1 em 2 produtos. O restante dos municípios possui apenas 1 QL >1.

Tabela 5: Produtos de maior especialização relativa dos municípios do COREDE nordeste - QL's agricultura permanente.

<u>Água Santa</u>	<u>André da Rocha</u>	<u>Barracão</u>	<u>Cacique Doble</u>
Erva Mate 1,5425	Tungue 3,4437	Erva Mate 6,0355	Marmelo 8,3864
	Erva Mate 2,7206	Marmelo 5,6477	Noz 1,7705
	Pera 1,9006	Pera 1,6081	
<u>Capão Bonito do Sul</u>	<u>Caseiros</u>	<u>Ibiaçá</u>	<u>Ibiraíaras</u>
Marmelo 8,7374	Maçã 17,9632	Pera 1,7136	Marmelo 2,6527
Maçã 4,1752	Caqui 2,7414	Caqui 1,3778	
Erva Mate 3,4920	Pera 1,9723		
Pera 1,1057			
<u>Lagoa Vermelha</u>	<u>Machadinho</u>	<u>Maximiliano de Almeida</u>	<u>Muitos Capões</u>
Maçã 3,5885	Erva Mate 8,1958	Erva Mate 1,4564	Maçã 19,2093
Marmelo 2,0703		Laranja 1,1465	
Noz 1,2293			
<u>Paim Filho</u>	<u>Pinhal da Serra</u>	<u>Sananduva</u>	<u>Santa Cecília do Sul</u>
Erva Mate 1,5468	Pera 1,3420	Pera 1,1205	Erva Mate 1,3870
<u>Santo Expedito do Sul</u>	<u>São João da Urtiga</u>	<u>São José do Ouro</u>	<u>Tapejara</u>
Noz 1,7902	Caqui 3,3868	Marmelo 4,9955	Noz 4,4439
	Figo 2,0781		Figo 1,6066
	Pêssego 1,0973		
<u>Tupanci do Sul</u>	<u>Vila Lângaro</u>		
Caqui 6,3621	Figo 1,2522		

Fonte: Brasil (2000) e IBGE (2000).

Ao se analisarem os QL's da pecuária, conforme demonstra a Tabela 6, Vila Lângaro é o único município que possui 6 produtos com QL >1. André da Rocha e Maximiliano de Almeida, possuem 5 produtos com QL >1. Caseiros, Machadinho, Paim Filho, Santa Cecília do Sul, Santo Expedito do Sul, São João da Urtiga e Tapejara possuem 4 produtos com QL >1. Barracão, Pinhal da Serra e Sananduva possuem 3 produtos com QL >1. Água Santa, Cacique Doble, Esmeralda e Ibiraíaras possuem 2 produtos com QL >1. Enquanto 4 municípios (Ibiaçá, Lagoa

Vermelha, São José do Ouro e Tupanci do Sul) possuem apenas 1 produto com QL >1, outros 2 municípios (Capão Bonito do Sul e Muitos Capões) não possuem produtos com QL >1.

Tabela 6: Produtos de maior especialização relativa dos municípios do COREDE nordeste - QL's pecuária.

Água Santa Galos, Frangas, Frangos e Pintos 2,7188 Leite (Mil litros) 1,2778	André da Rocha Suíno 3,8511 Coelhos 1,4446 Ovos de Codorna (Mil dúzias) 1,2356 Codornas 1,1419 Bubalino 1,1015	Barracão Mel de Abelha (Quilograma) 1,0512 Equino 1,0085 Leite (Mil litros) 1,0025	Cacique Doble Leite (Mil litros) 2,8666 Suíno 1,4954
Caseiros Galinhas 3,0420 Ovos de Galinha (Mil dúzias) 2,8007 Leite (Mil litros) 1,8955 Mel de Abelha (Quilograma) 1,0767	Esmeralda Mel de Abelha (Quilograma) 1,4162 Bovino 1,2334	Ibiacá Leite (Mil litros) 1,4949	Ibiraíaras Galinhas 2,8290 Leite (Mil litros) 1,8819
Lagoa Vermelha Leite (Mil litros) 1,5967	Machadinho Bubalino 1,4698 Galinhas 1,3613 Galos, Frangas, Frangos e Pintos 1,1379 Coelhos 1,1297	Maximiliano de Almeida Suíno 1,9499 Galos, Frangas, Frangos e Pintos 1,8015 Leite (Mil litros) 1,4298 Coelhos 1,2893 Mel de Abelha (Quilograma) 1,0884	Paim Filho Coelhos 2,0042 Leite (Mil litros) 1,7293 Galos, Frangas, Frangos e Pintos 1,5573 Mel de Abelha (Quilograma) 1,2148
Pinhal da Serra Mel de Abelha (Quilograma) 2,0981 Equino 1,4881 Bovino 1,4784	Sananduva Suíno 2,1650 Galos, Frangas, Frangos e Pintos 2,0647 Leite (Mil litros) 1,2292	Santa Cecília do Sul Leite (Mil litros) 2,3194 Galos, Frangas, Frangos e Pintos 2,2502 Coelhos 1,5674 Suíno 1,2192	Santo Expedito do Sul Coelhos 2,0279 Suíno 1,7983 Leite (Mil litros) 1,7781 Galinhas 1,2663
São João da Urtiga Coelhos 2,8730 Suíno 2,5046 Leite (Mil litros) 1,8024 Mel de Abelha (Quilograma) 1,4693	São José do Ouro Leite (Mil litros) 1,6455	Tapejara Leite (Mil litros) 2,0741 Galos, Frangas, Frangos e Pintos 1,5239 Suíno 1,1707 Coelhos 1,1095	Tupanci do Sul Mel de Abelha (Quilograma) 1,3674
Vila Lângaro Ovos de Galinha (Mil dúzias) 2,2820 Galinhas 2,1013 Leite (Mil litros) 1,8331 Galos, Frangas, Frangos e Pintos 1,5098 Suíno 1,1723 Coelhos 1,1151			

Fonte: Brasil (2000) e IBGE (2000).

Tabela 7: QL's do subsetor agricultura temporária dos municípios do nordeste.

Municípios	Nº QL's > 1	Desv. Padrão	Média	Coef. Variação
Água Santa	7	2,3105	1,3792	1,6753
André da Rocha	6	22,0305	5,1992	4,2373
Barracão	10	8,9421	3,0220	2,9590
Cacique Doble	7	1,1907	0,9681	1,2300
Capão Bonito do Sul	6	2,1674	1,2659	1,7121
Caseiros	7	0,9378	0,8037	1,1669
Esmeralda	7	1,9470	1,2173	1,5994
Ibiaçá	6	1,5342	0,9002	1,7044
Ibiraíaras	8	4,2021	2,1499	1,9545
Lagoa Vermelha	7	2,0898	1,2522	1,6689
Machadinho	4	0,5569	0,4190	1,3289
Maximiliano de Almeida	4	1,3920	0,7171	1,9413
Muitos Capões	8	3,3459	1,9153	1,7470
Paim Filho	3	1,1144	0,5859	1,9022
Pinhal da Serra	6	2,4225	1,3024	1,8600
Sananduva	4	1,6307	0,7543	2,1619
Santa Cecília do Sul	6	2,5295	1,3717	1,8440
Santo Expedito do Sul	7	1,4657	0,9151	1,6016
São João da Urtiga	6	2,5394	1,2887	1,9705
São José do Ouro	8	2,7902	1,4782	1,8875
Tapejara	5	2,5961	1,0814	2,4007
Tupanci do Sul	7	1,7427	1,0662	1,6345
Vila Lângaro	6	2,8236	1,4060	2,0083
Desv. Padrão		4,4185	0,9941	0,6282
Média		3,2305	1,4113	1,9216
Coef. Variação		1,3678	0,7044	0,3269
Mínimo		0,5569	0,4190	1,1669
Máximo		22,0305	5,1992	4,2373

Fonte: Brasil (2000), FEE/FEEDADOS [s.d.] e IBGE (2000).

Na Tabela 7, observa-se que a média dos QL's do município de André da Rocha é a mais elevada dentre os 23 municípios; conseqüentemente, o coeficiente de variação e o desvio padrão, também são os maiores. Confirma-se o argumento de que regiões mais urbanizadas do que rurais apresentam uma diversificação produtiva interna maior, visto que, também, a população ocupada rural é inferior à população urbana. Enquanto Machadinho é o município que apresenta o menor desvio padrão e o terceiro menor coeficiente de variação dos seus QL's, o que significa indicação

de não-especialização, esse seu nível de especialização é, em média, pouco expressivo comparativamente com os outros municípios.

5 Considerações finais

Neste estudo, identificou-se que no problema verificado quanto à regionalização político-administrativa, reflete-se um gargalo relativo à crise do setor serviços. Quando municípios como Lagoa Vermelha, Tapejara, Machadinho e Paim Filho mantêm fortes ligações e/ou são polarizados por cidades que pertencem a outra região político-administrativa e/ou Estado, e ainda possuem em sua estrutura produtiva, o VAB Serviços aparece com uma participação relativa superior a 30% em relação ao total de VAB. Esse fato, conforme Paiva (2004), pode indicar crise estrutural no setor de serviços, situação que é comprovada quando outros municípios de outras “regiões” são potencializados pelo dinamismo de um setor produtivo de outra região.

Os negócios gerados, a economia local aquecida e as economias de escala, mais a tributação arrecadada é destinada e apropriada, pelo menos em parte, para fora do COREDE Nordeste, o que descaracteriza princípios básicos para a exploração de potencial de desenvolvimento regional endógeno. Ou, argumentando-se de outra forma, dos 23 municípios do COREDE Nordeste, 19 possuem VAB Serviços superior a 30%. O setor de serviços pode ser considerado um gargalo, pois, além de ter um indicador de participação relativa, de certa forma, elevada do setor serviços, mostra que justamente os municípios mais urbanizados, e que possuem esse indicador elevado, são polarizados por outros municípios que não pertencem ao COREDE Nordeste. Esse fato contradiz alguns princípios exigidos para que ocorra um processo de desenvolvimento regional endógeno¹³. Conseqüentemente, a indicação de outro gargalo é a baixa participação relativa do setor industrial no VAB da maioria dos municípios, talvez em detrimento das multiespecializações identificadas nos outros setores. Cabe lembrar que as especializações geram desespecializações.

As disparidades internas entre os 10 municípios mais pobres e os 10 mais desenvolvidos ocorrem, especialmente, nos indicadores relativos à distribuição industrial, concentrada nos centros urbanos de Lagoa Vermelha e em Tapejara, mas também no atendimento por saúde, na

proporção de pessoal com curso superior e no atendimento por rede de esgotos (Rio Grande do Sul, 2005, p. 97).

O que a região possui e que pode inseri-la em outros mercados, no caso de sua produção agropecuária, é o domínio da soja, do milho e do trigo que, juntos, respondem por 85% do valor da produção agropecuária. A maçã para exportação também é importante. Erva-mate, ervilha e fumo apresentaram altas taxas de crescimento, embora respondam por cerca de 0,5% do valor da produção. A indústria, diversificada, embora represente pouca participação em termos relativos, no VAB total, é responsável por 10% do PIB regional e está centrada em móveis, farinhas e rações, alimentícios, têxtil e confecções, madeira, papel e celulose, produtos de origem animal e laticínios, que representam cerca de 86% do VAB regional. Comparecem como setores dinâmicos, com altas taxas de crescimento, material elétrico e eletrônico, cimento, produtos de origem vegetal, material de transportes e bebidas que, no entanto, respondem apenas por 2,3% do VAB regional (Rio Grande do Sul, 2005, p. 97).

O indicador das potencialidades de desenvolvimento endógeno de uma região é o que já existe na região, aliado à idéia de potencial aproximada das alternativas regionais existentes (como os itens de maior QL), de suas possibilidades futuras e de suas chances de superação de seus gargalos, por exemplo. A idéia de especialização que fala de trajetórias já trilhadas, de opções já feitas, pode ser pensada como o aproveitamento do que se conhece e do que se produz associado ao conhecimento acumulado em produzir com especialização, para, dessa forma, alcançar processos de integração/interdependência.

Referências

ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL. 2006. *Regiões dos COREDES*. Disponível em: <http://www.scp.rs.gov.br/atlas/atlas.asp?menu=467>. Acesso em: 25/01/2006.

BASSO, D.; NETO, B.S.; STOFFEL, J. 2005. *Concentração e especialização em setores industriais na região Noroeste Colonial do Rio Grande do Sul*. Ijuí, UNIJUI, 24 p.

BECKER, D.F. 2002. *Desenvolvimento Sustentável Necessidade e/ou Possibilidade?* 4ª ed., Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 238 p.

BENKO, G. 1999. *Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI*. São Paulo, Hucitec, 226 p.

BRASIL. 2000. Ministério do Trabalho e Emprego. *RAIS 2000*. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/Temas/RAIS/Estatisticas/Conteudo/RaisOnLine.asp> FEE/FEEDADOS.

DINIZ, C.C. 2000. *Global-Local: interdependências e desigualdades ou notas para uma política tecnológica e industrial regionalizada no Brasil*. Rio de Janeiro, CEDEPLAR/IE/UFRJ. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/conhecimento/notatec/ntec09.pdf>. Acesso em: 17/08/2005. 29 p.

FEE - FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. [s.d] *FEEDADOS*. Disponível em: http://www.fee.rs.gov.br/feedados/consulta/sel_modulo_pesquisa.asp.

FEE - FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. 2004. *Núcleo de Contabilidade Nacional*. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/Temas/RAIS/Estatisticas/Conteudo/RaisOnLine.asp> FEE/FEEDADOS.

HADDAD, P.R. (org.). 1989. *Economia Regional: teorias e métodos de análise*. Fortaleza, BNB, 694 p.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. 2001. *Censo Demográfico 2000: características da população e dos domicílios, resultados do universo*. Brasília.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. 2000. *Coordenação de Contas Nacionais*. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/Temas/RAIS/Estatisticas/Conteudo/RaisOnLine.asp> FEE/FEEDADOS.

MAILLAT, D. 2002. Globalização, meio inovador e sistemas territoriais de produção. *Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, 3(4):9-16.

PAIVA, C.A.N. 2004. Como identificar e mobilizar o potencial de desenvolvimento endógeno de uma região? In: *Documentos FEE*, n. 59. Porto Alegre, FEE, 142 p.

PAIVA, C.A.N. 2005. Regionalização com vistas ao planejamento do desenvolvimento endógeno sustentável. In: *PRIMEIRAS JORNADAS DE ECONOMIA COMPARADA*, 1, Porto Alegre 2005. *Anais...* Porto Alegre, FEE/PUCRS. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/download/jornadas/2/e4-07.pdf>. Acesso em: 17/10/2008. 13 p.

PAIVA, C.A.N. 2006a. *Desenvolvimento Endógeno e Potencialidades Regionais*. Porto Alegre, FEE, 21 p. [mimeo].

PAIVA, C.A.N. 2006b. Desenvolvimento Regional, Especialização e suas Medidas. In: *Indicadores Econômicos*, 16(2):1-28.

PAIVA, C.A.N.. 2006c. *Re-regionalizar o RS para planejar o desenvolvimento endógeno dos territórios retardatários: um programa de pesquisa em curso*. Porto Alegre, FEE, 13 p. [mimeo].

RIO GRANDE DO SUL. 2005. *Rumos 2015 – Estudo sobre Desenvolvimento Regional e Logística de Transportes no RS*. Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Secretaria da Coordenação e Planejamento. Consorcio Booz Allen – FIPE – HLC. Porto Alegre, 242 p.

RIO GRANDE DO SUL. 1994. Lei Nº 10.283, de 17 de outubro de 1994. Dispõe sobre a criação, estruturação e funcionamento dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento e dá outras providências. Diário Oficial (do Estado do Rio Grande do Sul), Porto Alegre, V. nº LIII, nº. 215, 14 de novembro de 1994.

SCHUMPETER, J. 1982. Teoria do desenvolvimento econômico. São Paulo, Abril Cultural, 329 p.

¹ A proposição de Schumpeter (1982) é no sentido de promover o desenvolvimento pela inovação com sua concepção de inovação abrindo um leque de possibilidades ou alternativas, para tanto “novas combinações” – nova utilização para a matéria-prima, novo processo produtivo, novo produto/serviço, novos mercados, nova organização.

² Quanto ao meio inovador, ele é a organização territorial onde nascem os processos de inovação. Pode-se, desde já, definir o meio inovador como um conjunto territorial no qual as interações entre os agentes econômicos desenvolvem-se não só pela aprendizagem que fazem das transações multilaterais as geradoras de externalidades específicas à inovação, como também pela convergência das aprendizagens para formas cada vez mais aperfeiçoadas de gestão em comum dos recursos.

³ A utilização de outras técnicas analíticas aumenta a capacidade do pesquisador em compreender os problemas que esteja investigando (Haddad, 1989, p. 225).

⁴ Em primeiro lugar porque, por mais questionáveis que tenham sido as determinações que levaram à criação das Associações Municipais nas quais foram embasados os COREDES, essas determinações comportam materialidade e enraizamento social, devendo ser incorporadas entre os determinantes da regionalização. Em segundo lugar, porque os COREDES já contam com uma história, e toda a história tem efetividade, tem efeitos reais que não podem ser ignorados sem impor prejuízos ao processo de desenvolvimento socioeconômico (Paiva, 2006c).

⁵ De um lado, o aporte do conhecimento científico para a construção de regionalizações que auxiliem na compreensão e, posteriormente, no direcionamento das ações para o desenvolvimento; e, de outro, a participação da população na construção das reivindicações. A questão central é a mediação entre estas duas perspectivas – técnico-científica e reivindicatório-participativa (Paiva, 2006c).

⁶ Conforme Boudeville (*in* Paiva, 2006c, p. 4), o problema era que “os dados regionais agrupam-se por unidades administrativas e esses agrupamentos políticos não coincidem com as diferenciações nem com as organizações econômicas”.

⁷ Não se defende o ponto de vista de que se deveria ignorar o padrão no qual são disponibilizadas as bases de dados. Diz-se, sim, é que não há porque subordinar-se às mesmas: agregar (e, por vezes, até, cindir) é possível e, inúmeras vezes, necessário. E esta agregação (ou cisão) não tem que se submeter aos padrões tradicionais, mas pode e deve ser definida pelo pesquisador.

⁸ Numa perspectiva geográfica específica, alguns autores diriam que não se está falando do conceito de região e, sim, de “território”. Território, dizendo respeito a um espaço definido por relações de poder que, neste caso, teria por base a dimensão jurídico-política (relações espaço-poder institucionalizadas) (Haesbaert; Souza *in* Paiva, 2006c, p. 7).

⁹ Dada a elevada produtividade em serviços, a medida é captada para municípios que são (ou estão se constituindo como) pólos regionais, porém pólos regionais em outra região/COREDE e/ou outro Estado da Federação. A possibilidade de expansão da rede de serviços é “externa” e com vistas a atender a uma demanda que é da periferia de outras “regiões”. Neste caso, não há caracterização endógena, não são suficientemente potencializadas as economias de escalas internamente, ou sob o controle de agentes internos à região político-administrativa, pois os fluxos de serviços e receitas tributárias e rendas geradas são apropriadas externamente.

¹⁰ Coeficiente de variação (cv): baixa dispersão ($cv \leq 15\%$); média dispersão ($15\% < cv < 30\%$); alta dispersão ($cv \geq 30\%$).

¹¹ Lembra-se que, no interior da região do COREDE Nordeste, há municípios que são polarizados por outros municípios que pertencem a outros COREDES ou a outro Estado da Federação.

¹² Remete-se a um setor industrial que tenha suporte de um setor de serviços que, por sua vez, seja mobilizado internamente por um setor agropecuário altamente especializado.

¹³ Dada a elevada produtividade em serviços – a medida é captada para municípios que são (ou estão se constituindo como) pólos regionais, porém pólos regionais em outra região/COREDE e/ou outro Estado da Federação, pois a possibilidade de expansão da rede de serviços é “externa” e com vistas a atender uma demanda que é da periferia de outras “regiões”. Neste caso, não há caracterização endógena, não são suficientemente potencializadas as economias de escalas internamente, ou sob o controle de agentes internos à região político-administrativa. Isso ocorre porque os fluxos de serviços e as receitas tributárias e as rendas geradas são apropriadas externamente.